

## 11869 - O Programa Nacional de formação de estudantes, qualificação profissional para Assistência Técnica e Extensão Rural: Residência Agrária

COSTA, Maria Inês Escobar<sup>1</sup>

1 Universidade Federal do Ceará - UFC, escobar@ufc.br,

**Resumo:** Este trabalho apresenta a experiência de um programa de formação diferenciada para os profissionais das ciências agrárias que atuarão na especificidade da agricultura familiar camponesa, ao mesmo tempo, aponta uma alternativa que nasce do anseio dos movimentos sociais do campo em articulação com as universidades. O objetivo central é pensar sobre a primeira experiência brasileira de Residência Agrária e as contribuições que este projeto trouxe para a universidade e para os povos do campo. A partir desta análise conclui-se que a Residência Agrária faz parte de um Programa que apresenta excelentes condições de contribuir para a formação dos profissionais que atuam na especificidade da agricultura familiar, que partilham a idéia de uma reforma agrária urgente e ampliada, construída com a participação de diferentes sujeitos, dentro da perspectiva de uma Educação do Campo e da agroecologia.

**Palavras -Chave:** Residência Agrária; Formação Profissional; Ciências Agrárias

### Contexto

Neste trabalho são chamados povos do campo de maneira genérica todos aqueles (as) que vivem, e produzem sua existência nos campos, florestas, cerrados, no mar, nos rios, em ambientes opostos à organização urbana, e segundo Wanderley (1996) numa lógica de construção de territórios familiares, de lugares de vida e de trabalho, capazes de guardar a memória da família, e de produzi-la para as gerações posteriores. Estes são agricultores, extrativistas, pescadores, quilombolas e tantos outros. Sempre persiste a discussão sobre o nome “povos do campo,” talvez não seja a denominação que gere mais identidade neste povo, afinal existem, os povos da floresta, do mar, mas é um espaço político e economicamente construído, o espaço dos povos do campo. Que remete a uma identidade de classe, a uma luta por direitos, a um povo organizado e a uma história camponesa de organização e resistência. Mesmo não tendo uma referência identitária global tem sido o termo que mais aglutina os diferentes povos “da natureza”.

Na maioria das universidades públicas do país, não é difícil constatar que a agronomia (acrescenta-se os demais cursos das agrárias) não atingiu ainda a sua maturidade<sup>1</sup>, o que possibilitaria uma ação de vanguarda na realidade agrária brasileira, colocando-se de forma ética, pluralista e propositiva, juntamente com outras ciências, a serviço do conjunto da sociedade brasileira, como ensina Valdo Cavalett (1999). Assim, a experiência da 1<sup>a</sup>

<sup>1</sup>SANTOS (1989) *apud* CAVALETT, 1999. O desenvolvimento da ciência madura processa-se em duas fases, a fase da ciência normal e a fase da ciência revolucionária. Na fase da ciência normal as soluções são propostas dentro do mesmo paradigma. Na fase da ciência revolucionária as soluções não são mais possíveis dentro do mesmo paradigma e através da contribuição e geração de conhecimentos externos a ele emerge uma nova base de conceitos e alternativas que podem vir a se constituir um novo modelo paradigmático.

Residência Agrária do país começa com a discussão sobre a necessidade da não intervenção em uma realidade desconhecida pela maciça maioria dos estudantes e professores – a realidade camponesa. O primeiro passo seria vivenciar o campo. Embora a agronomia tenha características suficientes para ser chamada de ciência da complexidade por ter necessária vinculação entre a sociedade e a natureza, por pesquisar estes fluxos que ligam o natural ao social, ela padece de simplismos, tecnicismos e vinculação histórica com setores os setores extremamente capitalizados que se vinculam ao rural.

A Residência Agrária se inspira em uma estratégia da medicina que forma para as especificidades – a Residência Médica que foi instituída no [Brasil](#) pelo [Decreto nº 80.281](#), de [5 de Setembro de 1977](#) e, segundo o [Ministério da Educação](#), se constitui uma modalidade de ensino de pós-graduação destinada a [médicos](#), sob a forma de curso de especialização, funcionando em Instituições de Saúde, sob a orientação de profissionais médicos de elevada qualificação ética e profissional, sendo considerada o “padrão ouro” da especialização médica. A Residência Agrária propõe que este processo seja estendido para os profissionais do campo que necessitam visceralmente entender a especificidade de alguns campos de atuação especialmente o da categoria camponesa ou da agricultura familiar. Assim o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o INCRA com assessoria dos movimentos sociais e sindicais formulam uma Residência Agrária. Sendo assim uma articulação dentro do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, que em comunicação com o Gabinete do Ministro do Desenvolvimento Agrário – MDA, instituiu o Programa de Residência Agrária através da Portaria 057, de 23 de julho de 2004, com o nome de Programa Nacional de Educação do Campo: Formação de Estudantes e Qualificação Profissional para Assistência Técnica e Extensão Rural – Residência Agrária.

Essa experiência foi composta dos seguintes elementos, que foram executados pelas universidades que se integraram ao Projeto:

1º passo Elaborar um projeto para um Estágio de Vivência, que segundo orientações da Coordenação Nacional<sup>2</sup> deveria ter:

- seis meses de duração;
- estagiários, exclusivamente, das Ciências Agrárias;
- escolha de comunidades, prioritariamente, nos territórios rurais definidos pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT<sup>3</sup> e áreas prioritárias de Reforma Agrária, segundo INCRA,
- os territórios deveriam ter, obrigatoriamente, uma equipe de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER ou de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES atuando na área,

<sup>2</sup> A Coordenação Nacional da Residência Agrária era composta pela coordenadora do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, representante do MDA e do INCRA e professores das IFE's, como também representantes dos movimentos sociais e sindicais do campo.

<sup>3</sup> A SDT considera territórios rurais os territórios onde os critérios multidimensionais que os caracterizam, bem como os elementos mais marcantes que facilitam a coesão social, cultural e territorial, apresentam, explícita ou implicitamente a predominância de elementos “rurais”. Em 2003/2004 foram elencados territórios prioritários da SDT.

- um ou mais Orientadores de Campo (técnicos de ATER ou ATES), que se responsabilizariam pelo estágio de campo, pela inserção dos estagiários na vida cotidiana das comunidades e que na próxima etapa estariam juntos com os estudantes compondo a turma do Curso de Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo,
- Orientadores Acadêmicos (professores das universidades) que obrigatoriamente deveriam ir a campo mensalmente, articulando, seu trabalho de orientação com os técnicos de campo, estagiários e trabalhadores(as) do campo. Estes orientadores receberiam bolsa de pesquisa para esta orientação,
- previsão de eventos de formação abertos à comunidade acadêmica, fortalecendo o debate da Reforma Agrária na academia.

2º Passo elaborar um Curso de Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo<sup>4</sup>, que aconteceria ao final do estágio de vivência, consistindo resumidamente em dois grandes tempos formativos:

I – O tempo, que chamo aqui de Tempo Universidade, mas também é chamado de Tempo Escola consiste em um tempo onde a turma está reunida desenvolvendo conteúdos programáticos do currículo do curso em forma de aulas, oficinas, seminários, estudos de caso em campo, com o acompanhamento de professores, monitores, coordenadores pedagógicos e outros.

II – O Tempo Comunidade consiste no período de reflexão-ação na e com a comunidade (áreas de assentamento e de Agricultura Familiar). Neste tempo as temáticas do tempo universidade têm a oportunidade de serem confrontadas com a realidade específica da área de Residência.

## Descrição da Experiência

### 1º Passo: o Estágio de Vivência - da solidão à partilha



Em 1992, a UNESCO premiou o Estágio de Vivência organizado pela Federação dos Estudantes de Agronomia - FEAB. Hoje em universidades como a Federal do Pará - UFPA o Estágio de Vivência faz parte do currículo do curso, se institucionalizou em Marabá e Altamira, mas esta região tem uma peculiaridade: o Sudeste Amazônico é um território da Agricultura Familiar, pois destoando do resto do Pará é uma região que tem mais áreas de Agricultura Familiar do que latifúndio. Portanto, infelizmente esta realidade da agronomia no campus de Altamira e Marabá é uma exceção a regra.

Em 2004 a Residência Agrária resgata esta experiência consagrada da Federação dos

<sup>4</sup> Estes projetos de curso foram construídos coletivamente entre as universidades e movimentos sociais como veremos mais à frente no item 2.4

estudantes de Agronomia do Brasil - FEAB e compõe com outros aspectos uma política pública de formação para profissionais que atuam ou vão atuar com Assistência Técnica e Extensão Rural. Do ponto de vista da formação profissional, esse tipo de experiência torna-se fundamental para problematizar o conhecimento científico produzido pelas universidades e a sua adequação ou não às demandas sociais.

A primeira turma deste Programa teve o Estágio de Vivência prolongado por mais de seis meses na maioria dos estados, e tinham a figura do orientador acadêmico (professor da universidade) e um orientador de campo (técnico que atuava no local). Nesta etapa, constatou-se também que a maioria dos professores dos centros de ciências agrárias das Universidades que integram a Residência nunca haviam ido a um assentamento ou os conheciam superficialmente.

Neste aspecto, a Residência Agrária tem um papel fundamental de aproximar a universidade, os pesquisadores das questões reais das famílias campesinas. Envolvê-los neste universo, comprometê-los com a melhoria da qualidade de vida destas pessoas também é um dos objetivos do Programa. O Estágio de Vivência aproxima a universidade da terra e como dizem os camponeses “terra é mais do que terra” é família, cultura, cuidado, estética, solidariedade, é altar do sagrado do que é essencial da vida.

No total da primeira turma há 267 residentes entre técnicos e recém formados, do total 248 são das agrárias e 39 de outras áreas do conhecimento. Mesmo dentro das agrárias a mistura de agrônomos com economistas domésticas e engenheiros de alimentos trouxe uma rica troca de saberes e um confrontar de conhecimentos geradores de muitos conflitos, mas também, de grandes descobertas. O desafio colocado era como formar a partir da pesquisa, trabalho e estudo um sujeito cognitivo, comprometido com a realidade do campo, com um conhecimento crítico. E isto através da certeza que o ser humano é um sujeito de arte, cultura, estética e ritual. Pensando nisto, uma pergunta era lançada nas reuniões ao grupo de professores. Onde, na formação dos técnicos, se aprende a informação cultural do campo? Onde está localizado na teoria pedagógica? Na pesquisa? Como pensar uma pesquisa omnilateral (que vislumbrasse vários lados) que fosse integral se o universo acadêmico, casa onde habita a pesquisa reconhecida formalmente, é tão fragmentado?

O entrave foi que a concepção de pesquisa para a maioria dos professores das ciências agrárias envolvidos no Projeto se reportava às pesquisas apenas experimentais, ou sob ambientes controlados, ou apenas tecnológicas, focadas nos aspectos produtivistas, unidimensionais, concebendo uma distância enorme entre teoria e prática.

Pensar na pesquisa desta Residência é pensar a pesquisa sob diversos níveis e dimensões: a pesquisa dentro das universidades, sua relevância, sua articulação com o real, o perfil dos professores que realizam estas pesquisas e que serão orientadores dos residentes.

## Resultados

A Residência Agrária se propõe ser um projeto camponês e universitário, proposta radical de mudança educacional, essencialmente nas ciências agrárias, porque não está contida no paradigma da Revolução Verde embora exposto às margens corretivas do capital, presentes dentro das universidades, dentro do estado gestor público e também dentro do movimento social. Fazer a ruptura com o paradigma da separação entre a teoria e a prática, razão e emoção, ciência e arte, ciência e mito é opção para transformação social qualitativa, a primeira turma viveu a proposta ousada, respondeu quanto possível dentro das limitações sociais das universidades e movimentos do campo. Hoje se encontra na tensão de ruptura, podendo se consolidar como projeto coletivo ou morrer nas margens já referidas anteriormente.

Há uma contradição no projeto de formação, elaborado sob os princípios da agroecologia e educação popular, da Educação do Campo, e a formação e prática dos formadores e orientadores da pesquisa, que, em sua maioria, são profissionais com pouca ou nenhuma experiência neste campo. Mas partindo do pressuposto que a realidade é socialmente construída, temos então um grande projeto de pessoas diferentes construindo pensamentos e saberes diferentes sobre a mesma coisa – o universo camponês.

Para que as universidades formulem propostas de educação transformadoras, e também os movimentos sociais, vê-se necessário, como ensina Mészáros (2005), superarem os antagonismos estruturais da nossa sociedade, pois, estes bloqueiam o caminho para uma mudança absolutamente necessária, sem a qual não há sobrevivência para a humanidade, muito menos para a melhoria de suas condições de existência.

Mesmo sendo um projeto camponês e universitário, ele foca seu olhar na necessidade de transformação da universidade com vistas à transformação do campo e da sociedade brasileira a partir do paradigma agroecológico. É um projeto engajado na causa camponesa, mas dificilmente será linha de frente nas bandeiras reivindicatórias dos movimentos sociais e sindicais do campo, mesmo os mais compromissados com a educação. Isto pela imensa distância que separa as condições de existência dos trabalhadores e trabalhadoras do campo das condições de existência dos profissionais das universidades. Este abismo de diferença social, econômica e de oportunidades gera tensões quando se unificam as lutas, quando se discute projetos e orçamentos, nascendo assim um falso antagonismo, que bloqueia a transformação necessária.

A Residência Agrária é uma abordagem à educação, ao trabalho e a aprendizagem qualitativamente diferenciada, projeto engajado dentro do mar de dificuldades da sociedade atual, e é por isto também que ela existe.

## **Referências Bibliográficas**

**CAVALETT,V. J. A Formação do Engenheiro Agrônomo em questão:** A expectativa de um profissional que atenda as demandas sociais do séc. XXI.114 p.1999, São Paulo. Tese de Doutorado em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – FEUSP.

**COSTA, M. I. E. Uma Residência para as Ciências Agrárias:** Saberes coletivos para um

projeto camponês e universitário, 86 p., (UnB-CDS, Mestre, Política e Gestão Ambiental, 2006).

**MÉSZAROS, I. A Educação para além do capital – São Paulo. Boitempo.** 2005 pág.25.

**MORIN, E. Os setes saberes necessários para a educação do futuro.** 2a.ed. Cortez; São Paulo

**SANTOS, B. S. Um discurso sobre as ciências.** Edições Afrontamento 2001[1987]

WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel. Raízes Históricas do Campo Brasileiro.1996. In: XX Associação nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Sociologia – ANPOCS, 1996, Caxambu. Anais 33 p.